

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE LEI Nº 3.456, DE 2004

Acrescenta parágrafos ao artigo 18 da lei nº 6.729, de 1º de dezembro de 1.979, com a redação que lhe deu a Lei nº 8.132/90, que "Dispõe sobre a concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores de via terrestre".

Autor: Deputado GIACOBO

Relator: Deputado WELLINGTON ROBERTO

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe altera a Lei nº 6.729/79, que regula a distribuição de veículos automotores mediante a concessão comercial entre fabricantes e revendedores. De acordo com essa lei, as relações jurídicas entre as partes mencionadas são efetivadas por meio de convenções celebradas entre elas, denominadas, no art. 17, como convenções de categorias econômicas.

A modificação objeto do PL em análise diz respeito às convenções das categorias econômicas, sendo formatada por meio do acréscimo de quatro parágrafos ao art. 18 da Lei nº 6.729, o qual traz em quatro incisos as finalidades da celebração dessas convenções, quais sejam a de explicitar princípios e normas de interesse das partes, a de declarar a entidade civil representativa da rede de distribuição, a de resolver, por decisão arbitral, questões pendentes entre as partes e a de disciplinar, por juízo declaratório, assuntos sobre as convenções da marca.

O primeiro parágrafo acrescido pelo PL em foco define que as convenções económicas serão celebradas entre as entidades nacionais representativas das partes, no prazo de noventa dias, contados a partir da data da solicitação escrita formulada por uma das partes à outra com justificação pertinente.

O segundo parágrafo faculta às partes a deliberação do conteúdo da convenção por meio do procedimento da arbitragem previsto na Lei nº 9.307/96, devendo o assunto a ser arbitrado ser indicado na solicitação e sugerido o tribunal arbitral responsável.

Assegura o parágrafo terceiro, ao solicitante, instaurar processo de arbitragem perante o juízo arbitral indicado, na hipótese de ocorrer recurso ou silêncio da parte solicitada à celebração da convenção.

O parágrafo quarto estabelece que tanto as convenções de categorias económicas quanto a sentença que decida o processo arbitral não poderão prejudicar as políticas públicas relativas ao sistema nacional de viação e aos sistemas de transportes em geral.

No prazo regimental, esta Comissão de Viação e Transportes não recebeu emendas à matéria em exame.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O presente projeto de lei trata das relações jurídicas entre os fabricantes e as concessionárias de veículos, introduzindo a figura da arbitragem como procedimento factível na solução de pendências entre as partes. Na modernidade, essa arbitragem coloca-se como um patamar intermediário de apoio aos distribuidores frente ao produtor, constituindo-se em alternativa à ação judicial para as empresas revendedoras que, em geral, mostram-se com menor capacidade de barganha que as produtoras.

Em que pese o assunto, no mérito, não ser de competência desta Comissão, não temos nenhuma objeção a fazer sobre a proibição, prevista no parágrafo quarto acrescido ao art. 18, de os conteúdos das convenções de

categorias econômicas e da sentença de processo arbitral não poderem prejudicar as políticas públicas relativas ao sistema nacional de viação e aos sistemas de transportes em geral. Vislumbramos, na redação proposta, o cuidado e o respeito das categorias econômicas em foco, fabricantes de veículos automotores e seus revendedores credenciados, em não estabelecerem procedimentos prejudiciais às políticas públicas relativas aos setores que com eles apresentam interrelação, quais sejam o sistema nacional de viação e os sistemas de transportes em geral.

Embora seja atributo da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania examinar a correta redação do PL, ressalto a incorreção da data da Lei nº 6.729 na ementa que, ao invés de 1º de dezembro de 1979, na verdade é 28 de novembro de 1979.

Pelo exposto, somos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 3.456, de 2004, de autoria do ilustre Deputado Giacobbo.

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado WELLINGTON ROBERTO
Relator